

PROJETO DE LEI N.: 00039/15

INTERESSADO

VEREADOR JOANILSON RÊGO

PRETO AQUINO

NEY LOPES JOL.

ASSUNTO

Institui meia-entrada para radialistas em estabelecimentos que proporcionam cultura, lazer e entretenimento no Município do Natal, e dá outras providências.

*Resumo de
Origem*
MOVIMENTAÇÃO

DATA	ÓRGÃO	RUBRICA
31/03/2015	Setor Legislativo	

*registro foi arquivado
Setor Juridico*

*Det
+ 60 3010*

Estados

CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL

C.N.P.J. 08.456.899/0001-63



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
Palácio Padre Miguelinho
Gabinete do Vereador Joanilson de Paula Rêgo

V E R E A D O R
JOANILSON RÊGO

PROJETO DE LEI N.º 39/2015.

EMENTA:

Institui meia-entrada para radialistas em estabelecimentos que proporcionam cultura, lazer e entretenimento no Município de Natal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NATAL/RN:

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu **SANCIONO** a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica assegurado o pagamento de 50% (cinquenta por cento) do valor cobrado pelo ingresso nas casas de eventos, praças desportivas e congêneres, aos radialistas, sem restrições de dia, data e horário.

Parágrafo único. A meia-entrada corresponderá sempre à metade do valor do ingresso cobrado, ainda que sobre seu preço incidam descontos de atividades promocionais.

Art. 2º. O benefício a que se refere esta Lei não se aplica a ingresso em áreas especiais e camarotes.

Art. 3º. Consideram-se casas de eventos, para efeito desta Lei, os estabelecimentos que realizarem:

I - espetáculos musicais, artísticos, circenses, teatrais e/ou cinematográficos;

João Rêgo

RE



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
Palácio Padre Miguelinho
Gabinete do Vereador Joanilson de Paula Rêgo

V E R E A D O R
JOANILSON RÊGO

II – atividades sociais, desportivas e/ou recreativas;

III – quaisquer outras atividades que proporcionam cultura, lazer e entretenimento.

Art. 4º. Para usufruir do benefício disposto nesta lei, o radialista deverá, ao ingressar na casa de evento, apresentar seu registro profissional emitido pelo Ministério do Trabalho e do Emprego ou Carteira de Radialista, emitida pelo Sindicato a que está submetida à referida classe.

Art. 5º. O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no que couber, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal do Natal.

26 março de 2015.

Joanilson de Paula Rêgo
VEREADOR - PDT

Joanilson Rêgo
Joanilson Rêgo
Vereador Autor - PSDC

Alfredo Araújo
Paulo

Ney Lopes SR



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
Palácio Padre Miguelinho
Gabinete do Vereador Joanilson de Paula Rêgo

V E R E A D O R

Joanilson de Paula Rêgo

CMNat - Projeto de Lei
Número. 039/15
Folha. 03

JUSTIFICATIVA

Como é de conhecimento geral, radialistas são os profissionais de comunicação responsáveis por grande parte da divulgação de eventos culturais, de lazer e entretenimento que acontecem em nossa cidade.

No entanto, para prestar esse serviço de suma importância para a sociedade, os radialistas têm enfrentado grandes dificuldades no que tange o acesso aos eventos, uma vez que, só possuem entrada gratuita em serviço e autorizados pelo promotor do espetáculo.

Neste íterim, é importante destacar que o piso salarial dos radialistas que atuam em Natal é de R\$ 791,00 (setecentos e noventa e um reais). Isto posto, somado ao grande volume de eventos que ocorrem em Natal, torna impossível o acompanhamento dos eventos e o consequente desempenho pleno da função de radialista.

Assim, apresentamos o projeto de lei em tela que visa facilitar o acesso em estabelecimentos que proporcionam cultura, lazer e entretenimento no Município de Natal, para os radialistas, de forma que os mesmos possam enriquecer seu trabalho cotidiano, informando toda a população natalense de tudo que acontece na cidade, sem encontrar óbices financeiros para desempenhar sua função social de comunicador.

Impor o pagamento total na entrada de eventos, especialmente nas áreas de cultura, lazer e entretenimento, ainda que privadas, é cometer uma enorme injustiça com essas pessoas, pois, além do valor da entrada, os proprietários das casas de eventos se beneficiam, muitas vezes, da promoção gratuita do evento.

Realizados tais apontamentos, fica nítido que a aprovação do projeto de lei em tela em nada afetará o mercado financeiro das casas de eventos.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL

Palácio Padre Miguelinho
Gabinete do Vereador Joamilson de Paula Rêgo

V E R E A D O R

JOAMILSON **RÊGO**

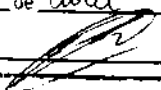
Percebemos esta garantia ao analisar que a presença desses profissionais assegura, em grande parte, o sucesso e a divulgação dos eventos e das casas de espetáculo.

Sendo assim, encareço a meus ilustres pares para que haja a aprovação deste Projeto de acesso mais amplo à informação, que, inclusive já é lei em diversas cidades do Brasil - como Vitória da Conquista, Cuiabá, entre outras - na certeza de estarmos contribuindo para uma maior socialização da cultura, do lazer e entretenimento no Município de Natal.

Joamilson
Joamilson de Paula Rêgo
Adilson

CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
LIDO NO EXPEDIENTE À Comissão de
Justiça, Finanças
Orçamento
e Cultura
Em, 22 de abril de 2015

PRESIDENTE

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL	
Designo o Vereador	<u>Neu</u>
data emitida e defer no prazo regimental de 08 (oito) dias	
Em, <u>27</u> de <u>abril</u>	de <u>2015</u>
_____ 	

Ver. Felipe Alves
PRESIDENTE

Em anexo o presente Projeto
de Lei a Presidência, para a
análise e parecer de estilo.



Valdir Felipe Alves
PRESIDENTE



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL - RN
PROCURADORIA JURÍDICA

Projeto de Lei nº: 00039/2015

Interessado: Vereador Joanilson Rêgo

Assunto: Institui meia-entrada para radialistas em estabelecimentos que proporcionam cultura, lazer e entretenimento no Município de Natal, e dá outras providências

PARECER

O presente Projeto de Lei institui meia-entrada para radialistas em estabelecimentos que proporcionam cultura, lazer e entretenimento no Município de Natal, e dá outras providências.

Ao seguir o trâmite processual legislativo previsto regimentalmente, o Projeto de Lei foi encaminhado a Digna Comissão de Legislação Justiça e Redação Final que, por sua vez, através do seu Presidente (fls. 05-v), remeteu os autos a esta Procuradoria Jurídica para emissão do parecer jurídico.

É o que importa relatar.

FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto de Lei nº 0039/2015 institui meia-entrada para radialistas em estabelecimentos que proporcionam cultura, lazer e entretenimento no Município de Natal, e dá outras providências.

Neste contexto, para se analisar a compatibilidade constitucional do presente projeto de lei cumpre observar inicialmente se a matéria disciplinada por esta espécie normativa é de competência do ente federativo Município. Nesse sentido, trazemos a transcrição literal do texto constitucional ao disciplinar a competência legislativa expressa do ente federativo Município, bem como, a competência legislativa suplementar, vejamos:

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

ART. 30. Compete aos Municípios:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;

II – suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

(...)

Desta forma, da análise dos dispositivos constitucionais se pode concluir que a matéria tratada no Projeto de Lei nº 0039/2015 se enquadra plenamente na competência legislativa municipal, tanto por envolver questão diretamente afeta ao interesse local como por se afigurar compatível com a competência suplementar do ente federativo Município para complementar a legislação federal ou estadual, no que for cabível e pertinente.

Aliado a este aspecto, importa ainda mencionar que o próprio texto constitucional dispõe sobre o princípio constitucional da autonomia municipal, que visa assegurar a liberdade federativa do respectivo ente no âmbito de suas atribuições institucionais, possibilitando-o ao exercício autônomo de sua competência legislativa, ensejando, inclusive, a perspectiva de intervenção da União Federal no Estado-membro que a infringir, ao tolher quaisquer prerrogativas dos Municípios nesse sentido, vejamos:

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

ART. 34. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para:

(...)

VII – assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais:

(...)

c) autonomia municipal;

(...)

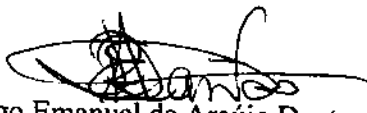
Assim, compete legitimamente aos Municípios legislar sobre os assuntos de interesse local com ampla autonomia federativa, desde que não haja violação aos textos da Constituição Federal ou Estadual, inclusive sobre concessão de meia-entrada para categorias profissionais, possibilitando que os radialistas paguem metade do valor cobrado em estabelecimentos que proporcionam cultura, lazer e entretenimento no Município de Natal.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opinamos pela constitucionalidade do Projeto de Lei nº 0039/2015, na medida em que trata de assunto de interesse local ao disciplinar exigência cujo conteúdo se enquadra tanto na competência legislativa própria como na competência suplementar do ente federativo Município, nos termos dos arts. 30, I e II e 34, VII, “c” da Constituição Federal.

É o entendimento desta Procuradoria Jurídica.

Natal, 10 de junho de 2015.


Rodrigo Emanuel de Araújo Dantas
Procurador Legislativo Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL

PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

Gabinete do Vereador Felipe Alves

039/15
09

Projeto de Lei nº 039/2015

Interessado: Vereador Joanilson Rego

Assunto: "Institui meia-entrada para radialistas e estabelecimentos que proporcionam cultura, lazer e entretenimento no Município do Natal, e dá outras providências".

PARECER

Atendendo às regras inerentes ao processo legislativo, foi recebido por esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, o Processo em epígrafe, para análise de seus aspectos constitucional, legal e jurídico, consoante preceitua o artigo 62 e seguintes, do Regimento Interno deste Poder Legislativo.

O presente Projeto de Lei, de autoria do Vereador Joanilson Rego, que "institui meia-entrada para radialistas em estabelecimentos que proporcionam cultura, lazer e entretenimento no Município do Natal e dá outras providências", se encontra em consonância com o art. 30, incisos I e II, c/c o art. 34, VII, "c", da nossa Carta Magna, que trata de assunto de interesse local, ao disciplinar exigência quanto à competência legislativa própria, quanta à competência suplementar do ente federativo municipal.

Por todo o exposto, opinamos pela constitucionalidade do presente Projeto de Lei nº 039/2015, pelo que, de pronto, o **aprovamos**.

Natal, 16 de junho de 2015.



FELIPE ALVES

Presidente - Relator

COM EMENDA

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO
E FISCALIZAÇÃO

Designado Vereador Chagas Catarina

Para emitir parecer no prazo regimental de
18 (oitos) dias

Em 17 de agosto de 2015


Ver. Ubaldino Fernandes
PRESIDENTE



ESTADO DO RIO GRANDE NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
Palácio Padre Miguelinho
Gabinete do Vereador Chagas Catarino

PARECER

COMISSÃO FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Sobre o Projeto de Lei nº 039/2015 de autoria do Vereador Joanielson Rego, "Institui meia entrada para radialistas em estabelecimentos que proporcionam cultura, lazer e entretenimento no Município de Natal e dá outras providências."

A Comissão, nos termos regimentais, designou-me relator a fim de emitir parecer sobre a matéria, para analisar os aspectos financeiros e orçamentais, nos termos dos disposto no regimento interno desta casa legislativa.

Após análise, não apontamos nenhum impedimento a sua aprovação, haja visto que está tudo de acordo com a legalidade. Trata-se também de um projeto que vem beneficiar essa categoria de profissionais que também tratará maior divulgação aos eventos.

Em cumprimento a Lei Orgânica, com também o art. 30, I da Constituição Federal, mostra a legalidade e constitucionalidade da presente matéria, dou **PARECER FAVORÁVEL** ao presente projeto da lei.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Natal, Palácio Padre Miguelinho, em Natal, 19 de agosto de 2015.


Francisco das Chagas Catarino



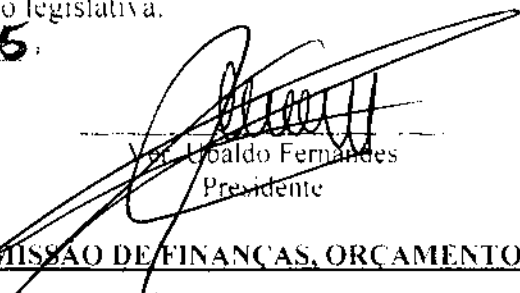
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

DESPACHO

Designo o(a) vereador(a) Chagas Catarino para nos termos do artigo 63 e seguintes e artigo 143 e seguintes do Regimento Interno da Câmara Municipal de Natal, emitir parecer a presente proposição legislativa.

Natal, RN 17 / 08 / 2015.


Vereador Ubaldo Fernandes
Presidente

PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO

☒ PROJETO DE LEI ☐ RESOLUÇÃO ☐ DECRETO LEGISLATIVO
☐ EMENDA À L.O.M. ☐ VETO ☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
☒ EMENDA

Nº 039/2015.

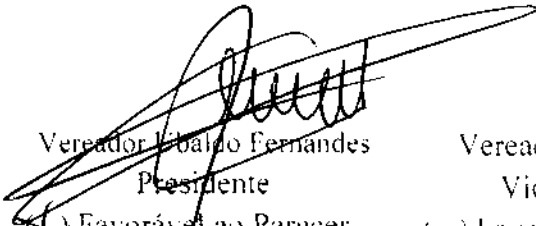
Autor: Vereador(a) João Nilson Régis.

Relator: Vereador(a) Chagas Catarino.

VOTO DO RELATOR:

Favorável ao Projeto

Sala das Comissões, em 23 de Maio de 2016.


Vereador Ubaldo Fernandes
Presidente


☒ Favorável ao Parecer
☐ Contrário ao Parecer
☐ Abstenção

Vereador Adão Eridan
Vice-Presidente

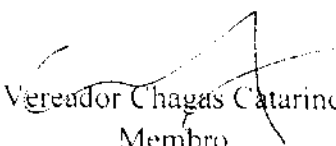
☐ Favorável ao Parecer
☐ Contrário ao Parecer
☐ Abstenção

Vereador Fernando Lucena
Membro

☐ Favorável ao Parecer
☐ Contrário ao Parecer
☐ Abstenção


Vereador Marcos Antonio
Membro

☒ Favorável ao Parecer
☐ Contrário ao Parecer


Vereador Chagas Catarino
Membro

☒ Favorável ao Parecer
☐ Contrário ao Parecer



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO
GABINETE DO VEREADOR ADÃO ERIDAN



Altera a cmenta e a redação do artigo 1º do referido Projeto.

Emenda n.º _____ 2015 ao PL 0039/15

Ementa: institui meia-entrada para radialistas e jornalistas em estabelecimentos que proporcionam cultura, lazer e entretenimento no Município de natal, e dá outras providências.

Artigo 1º. Fica assegurado o pagamento de 50% (cinquenta por cento) do valor cobrado pelo ingresso nas casas e eventos, praças desportivas e congêneres aos radialistas e jornalistas, sem restrições de dia, data e horário.

JUSTIFICATIVA

Fazemos tal emenda, no sentido de ampliar para os jornalistas tal benefício.


Adão Eridan
Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Ref.

Emenda ao Projeto de Lei nº 039/2015

Interessado(a): Vereador Joa Nilson Rêgo / Adão Eridan

PARECER

Tratam-se os presentes autos acerca da análise da Emenda proposta pelo Vereador Adão Eridan ao Projeto de Lei nº 039/2015, de autoria do Vereador Joa Nilson Rêgo, o qual *"Institui meia-entrada para radialistas em estabelecimentos que proporcionam cultura, lazer e entretenimento no Município do Natal e dá outras providências"*.

Remetida a proposta à Câmara Municipal do Natal, os autos vieram a esta Comissão de Legislação Justiça e Redação Final, nos termos do art. 55 do Regimento Interno desta Casa, para análise dos aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental, de técnica legislativa e correção de linguagem da proposição (art. 62 do RI).

Inicialmente a presente propositura foi remetida a Procuradoria Jurídica desta casa, o qual opinou pela constitucionalidade do presente Projeto de Lei.

Retornou os autos a este relator que emitiu parecer favorável ao presente projeto de lei.

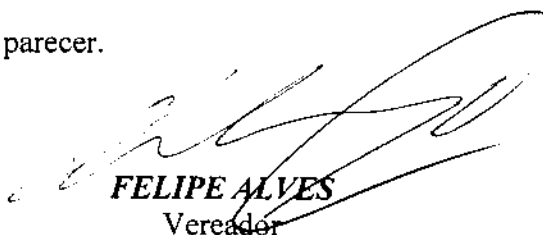
Porém, o Vereador Adão Eridan, incluiu no projeto, uma emenda onde estende os benefícios aos jornalistas, retornando assim, os autos, para este relator apreciar a emenda.

É o relatório processual.

Não se percebe qualquer inconveniente na presente emenda proposta pelo Vereador Adão Eridan, estando de acordo com os arts. 21 c/c art. 39, ambos da Lei Orgânica do Município.

Ante o exposto, opino pela aprovação integral da Emenda.

É o parecer.



FELIPE ALVES
Vereador

CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

Natal, RN 16 / 11 / 2015.

() Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO URBANO, MEIO
AMBIENTE, TRANSPORTES E HABITAÇÃO

Designa o Vereador Aroldo

para emitir parecer no prazo regimental de
08 (oito) dias.

Em, 13 de junho de 2016

Vereador Klaus Araújo

Presidente



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
Palácio Padre Miguelinho
Gabinete do Vereador Aroldo Alves

Comissão de Planejamento Urbano, Meio Ambiente, Transporte e Habitação.

Ref.

Projeto de Lei nº 00039/15

Interessado: Vereador Joanilson Rêgo

PARECER

Trata-se da análise de projeto de lei nº 00039/2015 subscrito pelo Vereador Joanilson Rêgo "Institui meia-entrada para radialistas em estabelecimentos que proporcionam cultura, lazer e entretenimento no Município de Natal, e dá outras providências".

É o breve relatório.

Na Constituição Federal de 1988 não se vislumbra a existência de obstáculo constitucional que possa inibir o exercício, pelo Município, da típica atribuição institucional que lhe pertence, fundada em título jurídico específico, nos seguintes termos:

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

(...)

Na realidade, o Município, ao assim legislar, apoia-se em competência material que lhe reservou a própria Constituição cuja prática autoriza essa mesma pessoa política a dispor, em sede legal, sobre tema que reflete assunto de interesse eminentemente local.

A competência legislativa do Município de Natal também é tratada em sua Lei Orgânica nos seguintes termos.

Art. 5º - O Município tem competência privativa, comum e suplementar.

§ 1º - Compete, privativamente, ao Município:

2

2




ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
Palácio Padre Miguelinho
Gabinete do Vereador Aroldo Alves

I - prover a administração municipal e legislar sobre matéria de interesse do Município, que não fira disposição constitucional;

Isto posto, após análise do referido Projeto de Lei nº 00039/2015, opina-se de forma **FAVORÁVEL**, pelo fato de o mesmo não se encontrar eivado de vícios de inconstitucionalidade, bem como não contrariar a Lei Orgânica do Município de Natal.

Sala das sessões da Câmara Municipal de Natal, Palácio Padre Miguelinho, em Natal, 16 de junho de 2016.


Aroldo Alves da Silva
VEREADOR



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

DESPACHO

Designo o(a) vereador(a) [assinatura] para nos termos do artigo 64 e seguintes e artigo 143 e seguintes do Regimento Interno da Câmara Municipal de Natal, emitir parecer a presente proposição legislativa
Natal, RN 13/06/2016.

[assinatura]
Ver. Klaus Araújo
Presidente

PARECER DA COMISSÃO DE PLANEJAMENTO URBANO, MEIO AMBIENTE,
TRANSPORTE E HABITAÇÃO.

- () PROJETO DE LEI () RESOLUÇÃO () DECRETO LEGISLATIVO
() EMENDA À L.O.M. () VETO () PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
() EMENDA

Nº 039/15.

Autor: Vereador(a) Yamilson Rego

Relator: Vereador(a) Aroldo Alves

VOTO DO RELATOR:

Favorável

Sala das Comissões, em 14 de Novembro de 2016.

[assinatura]
Vereador Klaus Araújo
Presidente

- () Favorável ao Parecer
(☒) Contrário ao Parecer
() Abstenção

[assinatura]
Vereador George Câmara
Vice-Presidente

- () Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

[assinatura]
Vereador Sandro Pimentel
Membro

- () Favorável ao Parecer
(☒) Contrário ao Parecer
() Abstenção

[assinatura]
Vereador Hugo Manso
Membro

- ☐ Favorável ao Parecer
☐ Contrário ao Parecer

[assinatura]
Aroldo Alves
Membro

- ☐ Favorável ao Parecer
☒ Contrário ao Parecer

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTOS
Designo o Vereador <u>SINPO</u> <u>FRANCISCO</u>
para emitir parecer no prazo regimental de 08 (oito) dias.
Em <u>28</u> de <u>novembro</u> de <u>16</u>
<u>Elisabete Pereira</u>
<u>Elisabete</u> PRESIDENTE

Para referencia do Projeto
Lei nº 039/15
meu parecer é favorável.

28/11/2016

Francisco



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

DESPACHO

Designo o(a) vereador(a) Biripo Francisco para nos termos do artigo 65 e seguintes e artigo 50, inciso IV e seguintes do Regimento Interno da Câmara Municipal de Natal, emitir parecer a presente proposição legislativa.

Natal, RN 28/11/16.

Ver. Eleika Bezerra
Presidente

PARECER DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

☒ PROJETO DE LEI ☐ RESOLUÇÃO ☐ DECRETO LEGISLATIVO
☐ EMENDA À L.O.M. ☐ VETO ☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
☒ EMENDA

Nº 039/15.

Autor: Vereador(a) Joamilson Reis.

Relator: Vereador(a) Biripo Francisco.

VOTO DO RELATOR:

Parecer Favorável

Sala das Comissões, em 28 de Nov. de 2016.

Vereadora Eleika Bezerra
Presidente

☒ Favorável ao Parecer
☐ Contrário ao Parecer

Vereador Amanda Gurgel
Vice-Presidente

☒ Favorável ao Parecer
☐ Contrário ao Parecer

Vereadora Júlia Arruda
Membro

☒ Favorável ao Parecer
☐ Contrário ao Parecer

Vereador Júnior Grafiti
Membro

☐ Favorável ao Parecer
☐ Contrário ao Parecer

Vereadora Ary Gomes
Membro

☒ Favorável ao Parecer
☐ Contrário ao Parecer